

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	14
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	62

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
<b>Total</b>	<b>613.513.632</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,04812
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,04812

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	5.628.637	5.467.078
1.01	Ativo Circulante	853.480	736.947
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	135.182	92.981
1.01.03	Contas a Receber	389.081	359.533
1.01.03.01	Clientes	389.081	359.533
1.01.04	Estoques	92.244	94.536
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.367	10.384
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.367	10.384
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210.606	179.513
1.01.08.03	Outros	210.606	179.513
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	195.136	171.450
1.01.08.03.02	Indenizações Contratuais	9.576	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	5.894	8.063
1.02	Ativo Não Circulante	4.775.157	4.730.131
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.247.829	2.709.960
1.02.01.04	Contas a Receber	4.718	5.346
1.02.01.04.01	Clientes	4.718	5.346
1.02.01.07	Tributos Diferidos	92.226	91.313
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.226	91.313
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.150.885	2.613.301
1.02.01.10.03	Aplicações financeiras	70.273	70.196
1.02.01.10.04	Aplicações no caixa único do Estado	2.921	2.214
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	223.274	239.779
1.02.01.10.06	Ativos financeiros contratuais	585.313	341.039
1.02.01.10.07	Indenização por desapropriação	42.063	97.377
1.02.01.10.08	Tributos a recuperar	11.084	10.966
1.02.01.10.09	Ativos de contratos	999.047	1.625.243
1.02.01.10.10	Indenizações contratuais	215.219	224.768
1.02.01.10.11	Outros créditos	1.691	1.719
1.02.02	Investimentos	761	923
1.02.02.01	Participações Societárias	761	923
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	761	923
1.02.03	Imobilizado	173.899	183.849
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	113.885	117.810
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	58.042	64.292
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.972	1.747
1.02.04	Intangível	2.352.668	1.835.399
1.02.04.01	Intangíveis	2.352.668	1.835.399
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.352.668	1.835.399

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	5.628.637	5.467.078
2.01	Passivo Circulante	974.089	975.333
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.626	59.636
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.045	18.160
2.01.01.01.01	INSS	15.045	18.160
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.581	41.476
2.01.01.02.01	Salários a pagar	2.303	1.835
2.01.01.02.02	FGTS	2.992	5.238
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	24.316	19.489
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.606	4.796
2.01.01.02.05	IPE	4.440	5.338
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.924	4.780
2.01.02	Fornecedores	117.240	123.106
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	117.240	123.106
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.019	17.189
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.079	16.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.876	0
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	3.840	8.545
2.01.03.01.03	COFINS	4.330	4.845
2.01.03.01.04	PASEP	1.536	1.622
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.497	1.397
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	940	780
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.188	80.790
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	73.580	71.199
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.100	56.219
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.480	14.980
2.01.04.02	Debêntures	8.608	9.591
2.01.05	Outras Obrigações	402.381	400.718
2.01.05.02	Outros	402.381	400.718
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	315.282	285.761
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	16.604	21.585
2.01.05.02.05	Impostos e contribuições - parcelamento	15.393	15.255
2.01.05.02.06	Obrigações contratuais	31.962	53.604
2.01.05.02.07	Passivos de arrendamento	22.930	23.445
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	210	1.068
2.01.06	Provisões	283.635	293.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	270.601	281.440
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	191.008	193.821
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	79.593	87.619
2.01.06.02	Outras Provisões	13.034	12.454
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	164	140
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	12.870	12.314
2.02	Passivo Não Circulante	2.075.303	2.091.451
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	495.379	517.397
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	495.379	512.849
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	495.379	512.849

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2.02.01.02	Debêntures	0	4.548
2.02.02	Outras Obrigações	116.459	114.883
2.02.02.02	Outros	116.459	114.883
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições - parcelamento	26.938	30.511
2.02.02.02.06	Contratos de repasse OGE/FUNASA/ANA	54.294	43.437
2.02.02.02.07	Passivos de arrendamento	35.227	40.935
2.02.04	Provisões	1.463.465	1.459.171
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.446.848	1.442.444
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	601.101	595.854
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	845.747	846.590
2.02.04.02	Outras Provisões	16.617	16.727
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	16.617	16.727
2.03	Patrimônio Líquido	2.579.245	2.400.294
2.03.01	Capital Social Realizado	1.635.145	1.635.145
2.03.02	Reservas de Capital	64.331	64.331
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	47.183	47.183
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	669.844	669.844
2.03.04.01	Reserva Legal	136.558	136.558
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	530.892	530.892
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.394	2.394
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	179.503	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	30.422	30.974

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	810.990	723.185
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-462.793	-452.790
3.03	Resultado Bruto	348.197	270.395
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-124.335	-102.771
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.403	-29.860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-112.225	-98.807
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.611	31.701
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.318	-5.805
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	223.862	167.624
3.06	Resultado Financeiro	2.603	-3.241
3.06.01	Receitas Financeiras	18.876	14.609
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.273	-17.850
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	226.465	164.383
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.993	-299.181
3.08.01	Corrente	-18.906	-12.629
3.08.02	Diferido	913	-286.552
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	208.472	-134.798
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	208.472	-134.798
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,33980	-0,21971
3.99.01.02	PN	0,33980	-0,21971

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	208.472	-134.798
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-552	-21.990
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-552	26.330
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-48.320
4.03	Resultado Abrangente do Período	207.920	-156.788

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	228.333	115.967
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	260.906	179.747
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	226.465	164.383
6.01.01.02	Depreciação e amortização	38.190	36.409
6.01.01.03	Baixa de intangível e imobilizado	978	17
6.01.01.05	Provisão para perda esperada	2.843	208
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	-2.988	-14.149
6.01.01.07	Provisão para tributos diferidos	-111	-113
6.01.01.08	Juros e variações monetárias	20.366	22.283
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-6.925	-7.885
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-638	-873
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	-843	-5.136
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente sobre Clientes	262	-248
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	-680	-5.798
6.01.01.15	Contribuição Social	-16.013	-9.351
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.573	-63.780
6.01.02.01	Aumento de Contas a Receber de Clientes	-32.025	-16.212
6.01.02.02	Redução (aumento) de Estoques	2.292	-190
6.01.02.03	Aumento de Depósitos Judiciais	-7.182	-26.413
6.01.02.04	Aumento (redução) de Rendimentos SIAC	-707	6.609
6.01.02.05	Redução (aumento) de indenização por desapropriação	55.314	-1.985
6.01.02.06	Aumento de reclamações e rescisões contratuais	-27	0
6.01.02.07	Aumento de Outros Créditos	-13.903	-7.565
6.01.02.08	Redução de Fornecedores	-5.867	-15.495
6.01.02.09	Aumento de Impostos e Contribuições	11.428	2.961
6.01.02.10	Redução de Impostos e Contribuições - Parcelamento	-3.838	-3.652
6.01.02.11	Redução de Dívidas com a Fundação Corsan	-5.609	-5.441
6.01.02.12	Redução de férias e encargos a pagar	-14.943	-1.902
6.01.02.13	Aumento de Participação nos Resultados	4.826	6.410
6.01.02.14	Redução de obrigações contratuais	-21.642	0
6.01.02.15	Redução de Outros Débitos	-690	-905
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156.352	-77.291
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-3.344	-2.787
6.02.03	Aquisição de Ativos de Construção	-64.064	-61.895
6.02.04	Aquisições de Ativos Intangíveis	-89.709	-16.759
6.02.05	Aplicações Financeiras	603	4.150
6.02.06	Outros investimentos	162	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.780	-30.996
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Captação	1.554	8.811
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento	-30.375	-30.236
6.03.03	Contratos de Repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA	10.857	1.553
6.03.05	Debêntures - pagamento	-5.710	-5.709
6.03.08	Amortização de Ativo de Arrendamento	-6.106	-5.415
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42.201	7.680

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.981	66.164
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135.182	73.844

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-29.521	0	-29.521
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-29.521	0	-29.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	208.472	0	208.472
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	208.472	0	208.472
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	552	-552	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	552	-552	0
5.07	Saldos Finais	1.635.145	64.331	669.844	179.503	30.422	2.579.245

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.635.145	64.331	499.554	0	-56.553	2.142.477
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	499.554	0	-56.553	2.142.477
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-25.183	0	-25.183
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.183	0	-25.183
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-134.798	0	-134.798
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-134.798	0	-134.798
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-26.330	-21.990	-48.320
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-26.330	26.330	0
5.06.05	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-48.320	-48.320
5.07	Saldos Finais	1.635.145	64.331	499.554	-186.311	-78.543	1.934.176

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
7.01	Receitas	909.288	795.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	822.381	726.958
7.01.02	Outras Receitas	25.048	5.704
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	64.702	62.768
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.843	-208
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-310.939	-280.298
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-253.343	-242.320
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.080	-43.569
7.02.04	Outros	-11.516	5.591
7.03	Valor Adicionado Bruto	598.349	514.924
7.04	Retenções	-38.190	-36.409
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.190	-36.409
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	560.159	478.515
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.293	16.305
7.06.02	Receitas Financeiras	18.876	14.609
7.06.03	Outros	417	1.696
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	579.452	494.820
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	579.452	494.820
7.08.01	Pessoal	224.746	209.675
7.08.01.01	Remuneração Direta	154.163	137.862
7.08.01.02	Benefícios	49.333	54.662
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.073	8.445
7.08.01.04	Outros	12.177	8.706
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	128.191	400.256
7.08.02.01	Federais	124.488	395.242
7.08.02.02	Estaduais	3.630	4.398
7.08.02.03	Municipais	73	616
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.043	19.687
7.08.03.01	Juros	16.273	17.850
7.08.03.02	Aluguéis	1.770	1.837
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	208.472	-134.798
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	29.521	25.183
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	178.951	-159.981

## Comentário do Desempenho

A receita bruta de serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no primeiro trimestre de 2020, alcançou a cifra de R\$ 822.381 mil, isto é, apresentou um incremento de 12,98% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 727.926 mil. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto, aumento tarifário médio de 7,82% a partir de julho de 2019 para os municípios atendidos pela Corsan e um aumento do faturamento que ocorreu muito provavelmente em razão do verão atipicamente quente e seco.

Receitas	1T 2019	1T 2020	Varição
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>790.694.586,17</b>	<b>887.082.892,48</b>	<b>12,19%</b>
Serviços de Abastecimento de Água	664.974.194,84	746.645.990,93	12,28%
Serviços de Esgoto	47.232.099,60	55.990.371,69	18,54%
Disponibilidade de Esgoto	347.302,81	2.165.919,37	
Receitas de Construção	62.768.436,14	64.702.367,17	3,08%
Indiretas	15.372.552,78	17.578.243,32	14,35%
Vendas	-	-	
<b>Receita de Serviços (sem receita de construção)</b>	<b>727.926.150,03</b>	<b>822.380.525,31</b>	<b>12,98%</b>

Houve incremento no número de economias de água e esgoto entre o primeiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020. As economias de água variaram 1,94% no período, com um acréscimo de 56.186 economias, sendo que a categoria residencial foi a que mais contribuiu para esse número, tendo variado 1,92% e a categoria comercial foi a que mais cresceu, aumentando 2,39%. Já as economias de esgoto cresceram 10,23% na comparação dos trimestres, sendo a categoria residencial a que mais contribuiu, variando 10,45%.

Economias de Água	1T 2019	1T 2020	Var. %	Economias de Esgoto	1T 2019	1T 2020	Var. %
Comercial	272.937	279.453	2,39%	Comercial	48.112	52.408	8,93%
Industrial	15.241	15.105	-0,89%	Industrial	1.216	1.248	2,63%
Pública	16.980	17.103	0,72%	Pública	1.517	1.575	3,82%
Residencial	2.593.944	2.643.627	1,92%	Residencial	367.997	406.439	10,45%
Total Economias	2.899.102	2.955.288	1,94%	Total Economias	418.842	461.670	10,23%

Os gastos no primeiro trimestre de 2020 sofreram um acréscimo de 8,47%, ou seja, atingiram R\$ 630 mil frente aos R\$ 580,8 mil verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Pessoal/Encargos e Gerais apresentaram uma realização de 0,37% e 29,89%, respectivamente, menor em comparação ao mesmo período do ano anterior. Já os grupos Materiais e Serviços mostraram um crescimento de 28,09% e 14,92%, respectivamente. Esses resultados estão em linha com o aumento de faturamento, provavelmente causado pelas condições climáticas, pois o aumento da demanda pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enseja maiores custos operacionais, principalmente com materiais e serviços.

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2019/2020 - 1º trimestre (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - 1º Trimestre de 2019			Realização - 1º Trimestre de 2020			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	177.903	67.983	245.886,00	175.948,00	69.031	244.979	-0,37%
Materiais	22.187	1.138	23.325,00	29.142,00	734	29.876	28,09%
Serviços	115.721	29.938	145.659,00	138.415,00	28.981	167.396	14,92%
Gerais	43.990	12.857	56.847,00	22.553,00	17.305	39.858	-29,89%
<b>Subtotal</b>	<b>359.801,00</b>	<b>111.916,00</b>	<b>471.717,00</b>	<b>366.058,00</b>	<b>116.051,00</b>	<b>482.109,00</b>	<b>2,20%</b>
Depreciações e Amortização:	32.463	3.946	36.409,00	34.176,00	4.013	38.189	4,89%
Provisões	-5.087	-7.777	12.864,00	- 1.505,00	25.564	24.059	-287,03%
Custos de Construção	61.895	0	61.895,00	64.064,00	0	64.064	3,50%
Outras Despesas	0	23.654	23.654,00	-	21.592	21.592	-8,72%
<b>Total</b>	<b>449.072,00</b>	<b>131.739,00</b>	<b>580.811,00</b>	<b>462.793,00</b>	<b>167.220,00</b>	<b>630.013,00</b>	<b>8,47%</b>

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA**

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 302 contratos de programa e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 303 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de março de 2020, há 08 contratos de concessão cujos prazos expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

**2. POLÍTICAS CONTÁBEIS****2.1) Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico “CPC 21 – Demonstração Intermediárias”, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e com a norma internacional de contabilidade “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias ocorreu na reunião de diretoria de 22 de junho de 2020.

**2.2) Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**2.3) Contas a receber de clientes**

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

**2.4) Ativos financeiros contratuais**

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

**2.5) Provisão para perdas esperadas**

As perdas esperadas foram calculadas com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. A política de recuperação de créditos praticada contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes

A Companhia entende que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto em suas estimativas e não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia, por se tratar de parte relacionada e controladora (no caso do Estado) e devido ao seu histórico de regularização de débitos através de encontro de contas.

**2.6) Estoques**

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

## Notas Explicativas

# Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

### 2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização quando aplicável.

### 2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- |                               |         |
|-------------------------------|---------|
| • Edifícios                   | 25 anos |
| • Máquinas                    | 10 anos |
| • Veículos                    | 5 anos  |
| • Sistemas de esgoto próprios | 25 anos |
| • Demais bens móveis          | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

### 2.9) Arrendamento mercantil

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento, e que incluam o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia definiu a mensuração de determinados Ativos de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento – locação de imóveis”) pelo valor igual ao seu Passivo de Arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos, sem a reapresentação de períodos comparativos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa CDI à razão de 5,94% a.a, mais 0,5% a.a, a título de risco de crédito.

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2) / IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor, mantendo o reconhecimento destas despesas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 16.

**2.10) Ativos de contratos**

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

Com a adoção desse procedimento, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial, no Ativo Não Circulante, a rubrica Ativos de Contratos.

**2.11) Ativos intangíveis***Concessões*

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. É calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

*Licenças de uso de software*

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP SAP) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 24 meses.

**2.12) Instrumentos financeiros****Ativos financeiros**

## Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

**Reconhecimento e desreconhecimento**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

**Mensuração**

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**Impairment**

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Os principais ativos financeiros em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívidas com a Fundação Corsan e contratos de programa.

A Companhia não realizou, durante o trimestre findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, operações com instrumentos derivativos.

**2.13) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

*Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas*

As provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados da Companhia.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados**

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

**2.15) Impostos e contribuições***Contribuição social corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

*Contribuição social diferida*

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos, ativos e passivos, são reconhecidos no não circulante e mensurados pela taxa de tributo que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

*Imunidade de impostos federais*

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural).

*Contribuições sobre receitas de serviços*

As receitas de serviços estão sujeitas as seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas, de acordo com as normas tributárias:

	<u>Alíquotas</u>
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**2.16) Reconhecimento da receita***Prestação de serviços*

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

*Contratos de construção*

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1% em 31 de março de 2020 e 1,27% em 31 de dezembro de 2019).

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

*Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12, sendo dedutível para fins de apuração da contribuição social.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na nota 26d.

**2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado**

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

*Atividades operacionais:* referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

*Atividades de investimento:* referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

*Atividades de financiamento:* referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

**2.19) Ajustes a valor presente**

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de março de 2020, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os arrendamentos foram ajustados a valor presente.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**2.20) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

**2.21) Lucro por ação**

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

**2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR**

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

**2.23) Redução ao valor recuperável – *Impairment****Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

*Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

**2.24) Custo de empréstimo**

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo.

Conforme o ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS****Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

*Tributos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

*Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

*Benefícios de aposentadoria*

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

*Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

**4. PRONUNCIAMENTOS IFRS****a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020**

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras intermediárias e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

As normas, com adoção prevista para o exercício de 2021 ou após, estão sendo avaliadas pela Companhia com relação ao impacto em suas demonstrações financeiras:

*Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante*

A norma esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS****a) Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos bancários livres	116.776	66.849
Depósitos bancários vinculados	18.406	26.132
<b>Total</b>	<u>135.182</u>	<u>92.981</u>

A conta Depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem).

Os referidos recursos mantem-se aplicados em contas bancárias exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

**b) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$70.273 em 31 de março de 2020 (R\$70.196 em 31 de dezembro de 2019) e referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de financiamento/empréstimos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário .

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<b>Banco</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.564
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.545
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	5.576
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	1.907
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	5.904
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	45.777
<b>Total</b>		<b>70.273</b>

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contas a receber vincendas		
Particular	<b>185.550</b>	182.888
Pública	<b>8.794</b>	8.520
Contas a receber vencidas		
Particular	<b>111.095</b>	85.960
Pública	<b>22.871</b>	8.575
Receitas a faturar	<b>82.047</b>	92.651
Total de contas a receber	<b>410.357</b>	378.594
Provisão para perdas esperadas	<b>(16.558)</b>	(13.715)
	<b>393.799</b>	364.879
Circulante	<b>389.081</b>	359.533
Não circulante	<b>4.718</b>	5.346

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	<b>31/03/2020</b>		<b>31/12/2019</b>	
	<b>Particular</b>	<b>Pública</b>	<b>Particular</b>	<b>Pública</b>
A vencer	<b>185.550</b>	<b>8.794</b>	182.888	8.520
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	<b>70.825</b>	<b>5.677</b>	58.765	5.908
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	<b>30.722</b>	<b>9.658</b>	19.144	573
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	<b>8.435</b>	<b>5.512</b>	6.643	178
Créditos vencidos - mais de 181 dias	<b>1.113</b>	<b>2.024</b>	1.408	1.916
Total	<b>296.645</b>	<b>31.665</b>	268.848	17.095

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.16).

A provisão para perda esperada foi constituída considerando a expectativa de perda futura da conta clientes.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo no início do período	<b>(13.715)</b>	(3.774)
Adições	<b>(4.914)</b>	(20.303)
Reversões/realização de perda	<b>2.071</b>	10.362
Saldo no final do período	<b>(16.558)</b>	(13.715)

**7. ESTOQUES**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Tubulações de água e esgoto	<b>62.922</b>	68.897
Materiais de tratamento/laboratório	<b>5.934</b>	5.889
Materiais elétrico e mecânico	<b>4.987</b>	5.311
Materiais de segurança e ambiental	<b>6.879</b>	5.622
Materiais diversos	<b>11.522</b>	8.817
<b>Total</b>	<b>92.244</b>	94.536

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contratos.

**8. TRIBUTOS****a) Créditos fiscais diferidos****Composição da contribuição social diferida**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	<b>845.747</b>	846.590
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	<b>12.870</b>	12.314
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>792.109</b>	789.675
Provisões para perda esperada	<b>16.558</b>	13.715
Provisões para perdas - diversas	<b>9.610</b>	9.610
Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo	<b>(98.417)</b>	(98.417)
Reserva de reavaliação	<b>(58.095)</b>	(58.084)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	<b>(226.745)</b>	(230.467)
Encargos financeiros capitalizados	<b>(258.809)</b>	(255.360)
Variação cambial tributada por regime de caixa	<b>3.101</b>	1.940
Outras provisões e diferenças temporárias	<b>(13.195)</b>	(16.925)
Total das diferenças temporárias	<b>1.024.734</b>	1.014.591
Alíquota vigente	<b>9%</b>	9%
Total da contribuição social e imposto de renda diferidos líquidos	<b>92.226</b>	91.313

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**Conciliação alíquota efetiva**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	<b>226.465</b>	164.383
Alíquota vigente	<b>9%</b>	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	<b>(20.382)</b>	(14.794)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	<b>2.657</b>	2.266
Outras diferenças permanentes	<b>(268)</b>	(140)
Contribuição social no resultado	<b>(17.993)</b>	(12.668)
Corrente	<b>(18.906)</b>	(12.629)
Diferido	<b>913</b>	(39)
Alíquota efetiva	<b>8%</b>	8%

Em razão da imunidade tributária obtida de imposto de renda (nota 2.15) a alíquota aplicada a partir de 2019 passou a ser de 9% relativa a contribuição social.

**b) Débitos fiscais diferidos**

	<b>31/03/2020</b>			<b>31/12/2019</b>		
	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Total</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Total</b>
RTT	<b>13.653</b>	<b>2.964</b>	<b>16.617</b>	13.744	2.983	16.727
Valor passivo	<b>(13.653)</b>	<b>(2.964)</b>	<b>(16.617)</b>	(13.744)	(2.983)	(16.727)

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

**c) Tributos a recuperar**

	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Imposto de renda a recuperar	-	-	<b>10.000</b>	9.892
Contribuição social a compensar	<b>26.367</b>	10.384	<b>1.084</b>	1.074
<b>Total</b>	<b>26.367</b>	10.384	<b>11.084</b>	<b>10.966</b>

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS**

<b>Município</b>	<b>Natureza</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Bagé	Faturas de água	<b>9.576</b>	9.549
Cachoeirinha	Tributária	<b>1.010</b>	1.010
Novo Hamburgo	Serviço da dívida	<b>39.162</b>	39.162
Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	<b>142.487</b>	142.487
Novo Hamburgo	Faturas de água	<b>32.523</b>	32.523
São Gabriel	Tributária	<b>37</b>	37
		<b>224.795</b>	224.768
Circulante		<b>9.576</b>	-
Não circulante		<b>215.219</b>	224.768

**Novo Hamburgo:**

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

**Bagé:**

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.2084867-9, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Bagé condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo município relativas ao período de 04/1987 a 09/1992. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório. O valor foi integralmente recebido em 1º de abril de 2020.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**Cachoeirinha:**

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 086/1.15.0000427-4, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha, restou o Município de Cachoeirinha condenado a ressarcir à Corsan o IPTU pago pela Companhia no período de 2010 a 2015, já que a Corsan é imune a tal imposto. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

**10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO**

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação de seus sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan. No primeiro trimestre de 2020, 29 itens patrimoniais foram imobilizados, totalizando R\$ 55.314.

**11. OUTROS CRÉDITOS**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Créditos com prefeituras municipais	<b>341</b>	422
Adiantamento de férias e 13º salário	<b>3.135</b>	5.427
Indenizações judiciais a receber	<b>1.477</b>	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	<b>1.918</b>	1.818
Valores a compensar	<b>262</b>	262
Créditos diversos	<b>452</b>	376
	<b>7.585</b>	9.782
Circulante	<b>5.894</b>	8.063
Não circulante	<b>1.691</b>	1.719

**12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS**

A Companhia possui, em 31 de março de 2020, R\$585.313 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$341.039 em 31 de dezembro de 2019). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ativos financeiros	<b>1.368.647</b>	872.825
( - ) Ajuste a valor presente	<b>(783.334)</b>	(531.786)
<b>Total</b>	<b>585.313</b>	341.039

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**Movimentação do ativo financeiro**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	341.039	365.781
Constituição/realização de AVP	6.925	31.241
Adições/(baixas)	209	(26.209)
Transferências líquidas	237.140	(29.774)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>585.313</b>	<b>341.039</b>

**Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente**

**a) Uruguaiana:** No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de março de 2020 totaliza R\$32.190 (R\$32.190 em 31 de dezembro de 2019).

**b) São Gabriel:** Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de março de 2020 totaliza R\$3.831 (R\$3.831 em 31 de dezembro de 2019).

**c) Teutônia:** Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de março de 2020 totaliza R\$292 (R\$296 em 31 de dezembro de 2019).

**13. ATIVOS DE CONTRATOS**

<b>Custo</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Estoques para obras</b>	<b>Total dos ativos de contratos</b>
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Adições	72.592	22.164	94.756
Transferências	(720.285)	(667)	(720.952)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>944.242</b>	<b>54.805</b>	<b>999.047</b>

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

As adições compreendem R\$22.239 para sistemas de água e R\$50.353 para sistemas de esgoto. No primeiro trimestre de 2020, 1.229 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

**14. IMOBILIZADO**

<b>Custo</b>	<b>Sistemas de esgoto</b>	<b>Bens de uso geral</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total do imobilizado</b>
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	-	3.119	225	3.344
Baixas	-	(2.580)	-	(2.580)
Transferências	-	(769)	-	(769)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>22.534</b>	<b>404.608</b>	<b>1.972</b>	<b>429.114</b>
<b>Depreciação</b>				
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(85)	(5.333)	-	(5.418)
Baixas	-	1.621	-	1.621
Transferências	-	102	-	102
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>(19.772)</b>	<b>(293.485)</b>	<b>-</b>	<b>(313.257)</b>
Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
<b>Saldos líquidos em 31/03/2020</b>	<b>2.762</b>	<b>111.123</b>	<b>1.972</b>	<b>115.857</b>

A depreciação do trimestre apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$2.785 (R\$2.759 em 31 de março de 2019), R\$387 (R\$466 em 31 de março de 2019) como despesa comercial e R\$2.246 (R\$2.160 em 31 de março de 2019) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos”, são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**15. INTANGÍVEL**

<b>Custo</b>	<b>Sistemas de abastecimento de água</b>	<b>Sistemas de esgoto</b>	<b>Bens de uso geral</b>	<b>Licenças de software</b>	<b>Total do intangível</b>
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	3.150	295	1.012	898	5.355
Baixas	(2.745)	-	(7)	-	(2.752)
Transferências	233.350	245.828	59.510	-	538.688
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>1.451.014</b>	<b>1.385.504</b>	<b>264.262</b>	<b>8.896</b>	<b>3.109.676</b>
<b>Amortização</b>					
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(13.973)	(9.280)	(3.386)	-	(26.639)
Baixas	2.728	-	5	-	2.733
Transferências	-	-	(116)	-	(116)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>(407.378)</b>	<b>(257.418)</b>	<b>(92.212)</b>	<b>-</b>	<b>(757.008)</b>
Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399
<b>Saldos líquidos em 31/03/2020</b>	<b>1.043.636</b>	<b>1.128.086</b>	<b>172.050</b>	<b>8.896</b>	<b>2.352.668</b>

A amortização do trimestre apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$26.639 (R\$25.607 em 31 de dezembro de 2019).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação (nota 2.11).

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o trimestre findo em 31 de março de 2020 é de R\$4.350 (R\$6.223 em 31 de março de 2019).

**16. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS****a) Ativos de direito de uso**

<b>Ativo - Imobilizado</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Depreciação acumulada	(813)	(4.886)	(434)	(6.133)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>4.358</b>	<b>47.706</b>	<b>5.978</b>	<b>58.042</b>

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**b) Passivos de arrendamento**

<b>Passivo</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Pagamentos	(825)	(5.564)	(556)	(6.945)
Realização do AVP	39	678	122	839
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>4.472</b>	<b>47.708</b>	<b>5.977</b>	<b>58.157</b>
Circulante				<b>22.930</b>
Não circulante				<b>35.227</b>

A metodologia utilizada está descrita na nota 2.9.

**c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos**

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
2020	1.666	16.415	1.667	<b>19.748</b>
2021	1.302	21.836	2.224	<b>25.362</b>
2022	876	13.840	2.224	<b>16.940</b>
2023	798	-	370	<b>1.168</b>
2024	109	-	-	<b>109</b>
	<b>4.751</b>	<b>52.091</b>	<b>6.485</b>	<b>63.327</b>
Juros embutidos	(279)	(4.383)	(508)	<b>(5.170)</b>
<b>Saldo do passivo de arrendamento</b>	<b>4.472</b>	<b>47.708</b>	<b>5.977</b>	<b>58.157</b>

**d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar**

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

<b>Fluxo de caixa</b>	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a valor presente</b>
Contraprestação do arrendamento	61.528	56.317
Pasep/Cofins (9,25%)	5.691	5.209

**e) Impactos da aplicação do CPC 06(R2)**

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06(R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, são apresentados

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado:

<b>Fluxo real</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Passivo de arrendamento	63.327	70.388
Juros embutidos	(5.170)	(6.008)
	<u>58.157</u>	<u>64.380</u>

<b>Fluxo inflacionado</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Passivo de arrendamento	67.524	75.411
Juros embutidos	(5.513)	(6.436)
	<u>62.011</u>	<u>68.975</u>

**17. SEGUROS**

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros. Ressalta-se que no primeiro trimestre de 2020 ocorreu a contratação de seguro D&O e foi firmado contrato de indenidade em benefício da Alta Administração da Companhia, o que não modifica a análise de risco.

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	42.441	42.504	126.333	136.825
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	521	466	59.950	59.950
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	308	315	108.141	107.051
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	17.480	14.980	-	-
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	10.719	10.644	183.154	190.816
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	73	73	823	840
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.695	1.873	14.850	15.164
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	343	344	2.128	2.203
<b>Total</b>				<u>73.580</u>	<u>71.199</u>	<u>495.379</u>	<u>512.849</u>

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, de Osório e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – FINEM existem dois subcréditos obtidos para implantação, ampliação e modernização do sistema de esgotamento

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

sanitário dos municípios de Campo Bom, Jaguarão, Rio Grande, Santa Maria, Torres e Xangri-Lá, para renovação do parque de hidrômetros e implantação de sistemas padronizados de telemetria em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O crédito do BNDES – CG foi destinado ao apoio financeiro para capital de giro.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Estes estão garantidos pela arrecadação da receita da Corsan, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

<b>Índices contrato 08.2.0251.1 e 09.2.0953.1 BNDES</b>	<b>Metas</b>	<b>Garantia</b>
Dívida líquida / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,0	
Cobertura do serviço da dívida (Investimentos - aportes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 18%	R\$5.564
<b>Índices contrato 14.2.0430.1 BNDES</b>	<b>Metas</b>	<b>Garantia</b>
Dívida líquida / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	R\$382
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	
<b>Índices contrato 11.2.0801.1 BNDES</b>	<b>Metas</b>	<b>Garantia</b>
Endividamento líquido total / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	
Índice de cobertura do serviço da dívida total (Investimentos - ajustes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 26%	R\$1.841
<b>Índices contrato 12.2.0524.1 BNDES</b>	<b>Metas</b>	<b>Garantia</b>
Dívida Líquida total / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	R\$5.520
Margem / EBTIDA	Igual ou superior a 20%	
<b>Índices contrato 18.2.0259.1 e 18.2.0374.1 BNDES</b>	<b>Metas</b>	<b>Garantia</b>
Dívida líquida + outras dívidas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 4,0	
Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)	Igual ou superior a 1,5	sem garantia

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2021	62.474
2022	73.333
2023	68.782
2024	33.442
2025	34.704
Após 2025	222.644
<b>Total</b>	<b>495.379</b>

**19. DEBÊNTURES**

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 parcelas mensais.

Segunda emissão: são 30 debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 meses de carência do principal e vencimentos em 7 parcelas anuais.

Terceira emissão: são 35 debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 meses de carência do principal e vencimentos em 85 parcelas mensais.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
1ª Emissão	TJLP	1,92%	<b>1.974</b>	2.370	-	197
2ª Emissão	IPCA	1,92%	<b>4.166</b>	4.258	-	4.105
3ª Emissão	TJLP	1,92%	<b>2.468</b>	2.963	-	246
<b>Total</b>			<b>8.608</b>	9.591	-	4.548

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas	Garantia
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	R\$3.534
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%	

**20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cofins	Selic	04/2022	7.593	7.524	13.286	15.049
Pasep	Selic	04/2022	1.648	1.634	2.885	3.267
Contribuição social	Selic	04/2022	788	781	1.380	1.563
Imposto de renda	Selic	04/2022	5.364	5.316	9.387	10.632
<b>Total</b>			<b>15.393</b>	<b>15.255</b>	<b>26.938</b>	<b>30.511</b>

**21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

	31/03/2020	31/12/2019
Alvorada	1.892	1.892
Bento Gonçalves	5.000	-
Canoas	9.000	18.000
Gravataí	8.400	11.493
Santa Maria	4.500	18.000
Santo Ângelo	3.170	4.219
<b>Total</b>	<b>31.962</b>	<b>53.604</b>

**22. OUTROS DÉBITOS**

	31/03/2020	31/12/2019
Convênio Sesi	164	140
Depósitos e retenções contratuais	4.924	4.780
Outras contas a pagar	210	1.068
<b>Total</b>	<b>5.298</b>	<b>5.988</b>

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**23. CONTRATOS DE REPASSE**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Orçamento Geral da União - OGU	<b>47.002</b>	36.145
Agência Nacional de Águas - ANA	<b>5.142</b>	5.142
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	<b>2.150</b>	2.150
<b>Total</b>	<b>54.294</b>	43.437

**a) Orçamento Geral da União - OGU**

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de março de 2020 foi liberado um total de R\$349.491, referente a 53 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$255.306 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011 e 2015, R\$47.183 estão contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital, R\$47.002 inscritos no passivo não circulante, derivados de contratos de repasse em fase de conclusão e prestação de contas, bem como novas liberações no exercício de 2020.

**b) Agência Nacional das Águas – ANA**

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

**c) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem**

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

**24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS**

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados de acordo com a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas é composta como segue:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e tributários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e tributários
Saldo inicial	<b>669.931</b>	<b>119.744</b>	675.311	157.038
Adições	<b>4.877</b>	-	280.282	7.744
Saques/reversões	<b>(12.119)</b>	<b>4.254</b>	(302.412)	(51.664)
Despesas financeiras	<b>4.545</b>	<b>877</b>	16.750	6.626
<b>Saldo final</b>	<b>667.234</b>	<b>124.875</b>	669.931	119.744
<b>Total</b>		<b>792.109</b>		<b>789.675</b>
Circulante		<b>191.008</b>		193.821
Não circulante		<b>601.101</b>		595.854

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	<b>411.229</b>	388.758
Adições	<b>35.953</b>	285.996
Saques/reversões	<b>(28.772)</b>	(263.525)
<b>Saldo final</b>	<b>418.410</b>	411.229
Circulante	<b>195.136</b>	171.450
Não circulante	<b>223.274</b>	239.779

**Ações trabalhistas**

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a Corsan restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da demissão, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de execução. Essa provisão totaliza, em 31 de março de 2020, R\$13.581 (R\$13.265 em 31 de dezembro 2019).

b) Nos autos do processo de nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, a Corsan foi condenada a pagar diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. A execução é definitiva. A Corsan a fim de minorar o impacto no fluxo de caixa apresentou proposta de acordo parcial. Esta provisão totaliza em 31 de março de 2020 R\$9.450 (R\$9.450 em 31 de dezembro de 2019).

c) Nos autos do processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizada pelo Sindiágua, a Corsan foi condenada ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

vincendas. Esta provisão totaliza em 31 de março de 2020 R\$11.079(R\$12.769 em 31 de dezembro de 2019).

d) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.336 ações. Em 31 de março de 2020, as provisões referentes a outras reclamações trabalhistas totalizam R\$633.124(R\$634.447 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$209.922 em 31 de março de 2020 (R\$220.295 em 31 de dezembro de 2019).

**Ações cíveis e tributárias**

a) O processo 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março de 2020 no montante de R\$11.958 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2019).

b) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 19/09/2016, processo sob nº 001/1.16.0124873-4, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março de 2020 no montante de R\$7.328 (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2019).

c) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 11/08/2016, processo sob nº 001/1.16.0095286-1 pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março 2020 no montante de R\$7.033 (R\$7.033 em 31 de dezembro de 2019).

d) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 31 de março de 2020 R\$6.913 (R\$6.798 em 31 de dezembro de 2019).

e) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações tributárias referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.119 ações para as quais está provisionado em 31 de março 2020 o montante de R\$91.643 (R\$81.959 em 31 de dezembro de 2019).

f) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$177.590 em 31 de março de 2020 (R\$233.699 em 31 de dezembro de 2019).

**25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Plano de benefício definido	<b>610.388</b>	609.084
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	<b>227.226</b>	223.033
Incentivo à demissão voluntária	<b>8.133</b>	14.473
	<b>845.747</b>	846.590

A Companhia reconheceu, no trimestre encerrado em 31 de março de 2020, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e “PDV” de R\$843. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

**a) Plano de benefício definido**

O plano de benefício “BD n° 001” é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE**

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

**c) Incentivo à demissão voluntária**

A Corsan manteve benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

O prazo para adesões encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de março de 2020 há 245 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 6.701 (R\$ 11.637 em 31 de março de 2019)

No trimestre encerrado em 31 março de 2019 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$6.417 (R\$11.444 em 31 de março de 2019).

**d) Fundação Corsan****Estrutura jurídica**

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocínada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan.

**Gestão de investimentos**

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**Política de investimentos**

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

**Fontes de recursos**

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
- b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- c) receitas de aplicações do patrimônio.

**Gestão de recursos**

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

**Custeio administrativo**

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

**Despesas de administração do plano**

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no 1º trimestre de 2020 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
<b>Total</b>	<b>306.756.816</b>	<b>306.756.816</b>	<b>613.513.632</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

**b) Reservas de capital**

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

**c) Outros resultados abrangentes**

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de março de 2020 monta R\$87.352 (R\$87.905 em 31 de dezembro de 2019), líquido de efeitos tributários.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no trimestre totalizou R\$(552), líquido dos efeitos tributários (R\$(26.330) em 31 de março de 2019). Os valores de R\$(25.446) e R\$(1.348) referem-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.15).

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
Realização das reservas	<b>552</b>	464
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	-	(25.446)
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.348)
	<b>552</b>	<b>(26.330)</b>

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$56.931, líquida dos seus efeitos tributários.

**d) Remuneração aos acionistas**

A Companhia efetuou no trimestre findo em 31 de março de 2020, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$29.521 (R\$25.183 no trimestre findo em 31 de março de 2019), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do trimestre foi reduzida em R\$2.657 (R\$2.266 no trimestre findo em 31 de março de 2019) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

**e) Reservas de lucros****Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**Reserva de incentivos fiscais**

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

**Reserva de retenção de lucros**

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

**f) Adiantamento para futuro aumento de capital**

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$47.183 em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, da Fundação Nacional da Saúde – Funasa e do Orçamento Geral do Estado – OGE.

**27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

**As partes relacionadas são as seguintes:**

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – Funcorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

**a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	<b>24.161</b>	11.516
Rendimentos do caixa único do Estado	<b>2.921</b>	2.214
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*)	<b>(315.282)</b>	(285.761)

(\*) Nota Explicativa 26.d

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi R\$14.828 (R\$13.567 em 31 de março de 2019).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

**b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul**

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi R\$1.988 (R\$ 1.663 em 31 de março de 2019). O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi R\$111 (R\$108 em 31 de março de 2019).

**c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d**

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi R\$16.502 (R\$15.310 em 31 de março de 2019). O saldo a pagar em 31 de março de 2020 é de R\$5.067 (R\$4.813 em 31 de dezembro de 2019).

**d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs**

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi R\$9.381 (R\$11.725 em 31 de março de 2019). O saldo a pagar em 31 de março de 2020 é de R\$3.151 (R\$3.014 em 31 de dezembro de 2019).

**e) Fundação Corsan**

## FUNDAÇÃO CORSAN

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante	
				31/03/2020	31/12/2019
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	16.604	21.585
				<b>16.604</b>	<b>21.585</b>

O contrato refere-se a parcelamento de custo de serviço passado e está garantido pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite da obrigação (principal e encargos).

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE**

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi de R\$4.516 (R\$3.696 em 31 de março de 2019). O saldo a pagar em 31 de março de 2020 é de R\$4.440 (R\$5.338 em 31 de dezembro de 2019).

**g) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Remuneração e benefícios	869	575
Encargos sociais	126	88
<b>Total</b>	<u>995</u>	<u>663</u>

**28. RECEITA LÍQUIDA**

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Serviços de abastecimento de água	763.392	679.488
Serviços de esgoto	58.989	48.438
Receitas de construção	64.702	62.768
Impostos sobre receita serviços	(76.093)	(67.509)
	<u>810.990</u>	<u>723.185</u>

**29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

<b>Custos e despesas por natureza</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
Pessoal	244.977	245.887
Materiais	29.875	23.325
Energia elétrica	83.808	67.948
Serviços de terceiros	83.589	77.711
Gerais	39.859	56.846
Depreciações e amortizações	38.190	36.409
Provisões	24.059	11.436
Custos de construção	64.064	61.895
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(21.293)	(25.896)
	<b>587.128</b>	<b>555.561</b>
Classificados como:		
Custos dos serviços	462.793	452.790
Despesas comerciais	33.403	29.860
Despesas administrativas	112.225	98.807
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(21.293)	(25.896)
	<b>587.128</b>	<b>555.561</b>
	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>26.611</b>	<b>31.701</b>
Receita de serviços técnicos e locações	293	1.600
Doações e subvenções	417	1.696
Recuperação de receitas	2.928	3.045
Reversão PDD	-	968
Atualização de precatório	27	-
Indenizações e ressarcimentos	1.015	80
Reversão de provisões para causas judiciais	20.329	19.165
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	843	5.136
Receitas não operacionais	759	11
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(5.318)</b>	<b>(5.805)</b>
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(3.475)	(4.081)
Baixa de inservíveis	(1.146)	-
Outros tributos e taxas	(697)	(1.724)
<b>Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas</b>	<b>21.293</b>	<b>25.896</b>

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13 e 2.14.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>18.876</b>	14.609
Acréscimos por inadimplementos	<b>8.980</b>	8.362
Variações monetárias ativas	<b>1.041</b>	1.088
Receitas financeiras pela realização de AVP	<b>6.925</b>	7.885
Variações cambiais ativas	-	1.415
Outras receitas financeiras	<b>1.930</b>	(4.141)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(16.273)</b>	(17.850)
Juros e taxas sobre financiamentos	<b>(5.505)</b>	(4.039)
Juros e taxas sobre outras obrigações	<b>(614)</b>	(1.219)
Variações monetárias passivas	<b>(6.940)</b>	(10.047)
Despesas financeiras pela realização de AVP	<b>(836)</b>	(1.205)
Variações cambiais passivas	<b>(2.378)</b>	(1.340)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.603</b>	(3.241)

**31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relacionados a seguir:

**a) Instrumentos financeiros**

Em 31 de março de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<i>Ativos</i>		
<i>Valor justo por meio do resultado</i>		
Aplicações financeiras	70.273	70.196
Indenizações contratuais	224.795	224.768
<i>Custo amortizado</i>		
Caixa e equivalentes	135.182	92.981
Contas a receber de clientes	393.799	364.879
Ativos financeiros	585.313	341.039
<b>Total</b>	<b>1.409.362</b>	<b>1.093.863</b>

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
<i>Passivos</i>		
<i>Custo amortizado</i>		
Fornecedores	117.240	123.106
Empréstimos e financiamentos	568.959	584.048
Debêntures	8.608	14.139
Dívidas Fundação Corsan	16.604	21.585
Obrigações contratuais	31.962	53.604
<b>Total</b>	<b>743.373</b>	<b>796.482</b>

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

**b) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

**c) Gerenciamento de riscos***Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

**i) Risco de crédito:**

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes e a possibilidade de pagamento das faturas via cartão de crédito. Não há clientes que, individualmente, representem mais que 1% do total das contas a receber da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - SISGEC; dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	100.275	260.634	398.299	<b>759.208</b>
Parcelamento de impostos	16.317	29.767	-	<b>46.084</b>
Debêntures	9.040	-	-	<b>9.040</b>
Fornecedores	117.240	-	-	<b>117.240</b>
Dívidas Fundação Corsan	17.600	-	-	<b>17.600</b>
	<b>260.472</b>	<b>290.401</b>	<b>398.299</b>	<b>949.172</b>

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

*Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de março de 2020, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2020 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	2019	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	<b>(213.785)</b>	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	<b>(168.774)</b>	(6.872)	(5.727)	(8.591)	(10.738)	(12.886)
Empréstimos	IPCA	<b>(60.471)</b>	(34)	(28)	(42)	(53)	(63)
Empréstimos	SELIC	<b>(108.449)</b>	(3.514)	(2.928)	(4.392)	(5.490)	(6.588)
Empréstimos	US Dólar	<b>(17.480)</b>	4.118	6.345	777	(3.399)	(7.575)
Debêntures	TJLP	<b>(8.608)</b>	(351)	(292)	(438)	(548)	(657)
		<b>(577.567)</b>	(6.653)	(2.630)	(12.686)	(20.228)	(27.769)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		4,07	3,39	5,09 **	6,36	7,64
	IPCA / IBGE		0,06	0,05	0,07 *	0,09	0,11
	SELIC		3,24	2,70	4,05 *	5,06	6,08
	US Dólar	4,50	3,44	2,87	4,30 ***	5,38	6,45

Fontes:

\* Portal Brasil

\*\* BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

\*\*\* Focus - Relatório de Mercado

**d) Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Empréstimos e financiamentos	18	<b>568.959</b>	584.048
Debêntures	19	<b>8.608</b>	14.139
Fornecedores		<b>117.240</b>	123.106
Parcelamento de impostos e contribuições	20	<b>42.331</b>	45.766
Dívida Fundação Corsan	27.e	<b>16.604</b>	21.585
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>(135.182)</b>	(92.981)
(-) Aplicações financeiras	5	<b>(70.273)</b>	(70.196)
Dívida líquida		<b>548.287</b>	625.467
Patrimônio e adiantamentos		<b>2.579.245</b>	2.400.294
Capital social e dívida líquida		<b>3.127.532</b>	3.025.761
Quociente de alavancagem		<b>17,53%</b>	20,67%

**32. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o trimestre findo em 31 de março de 2020:

	<b>31/12/2019</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>Adições</b>	<b>Variações monetária</b>	<b>Juros Transferências</b>	<b>31/03/2020</b>	
Empréstimos e financiamentos circulante	71.199	(23.732)	-	2.378	10.265	13.470	73.580
Debêntures circulante	9.591	(5.710)	-	16	111	4.600	8.608
Dividendos e JSCP a pagar	285.761	-	29.521	-	-	-	315.282
Empréstimos e financiamentos não circulante	512.849	(5.090)	-	1.090	-	(13.470)	495.379
Debêntures não circulante	4.548	-	-	52	-	(4.600)	-
Contratos de repasse (OGU/ANA/Focem)	43.437	10.857	-	-	-	-	54.294
Passivos de arrendamento	64.380	(6.106)	(117)	-	-	-	58.157

**33. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

O setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao novo Corona vírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença. Contudo, como todos os outros segmentos da economia, a Companhia sofreu alguns impactos decorrentes da pandemia. A instabilidade e incerteza que paira sobre o cenário econômico são fatores de risco e preocupação para a Administração e estão sendo acompanhados diariamente, de modo que se possa amenizar as consequências aos municípios atendidos, sem descuidar dos seus colaboradores.

Dentro deste contexto a companhia tomou algumas medidas:

**Área da Saúde do Trabalhador:**

- Suspensão temporária de treinamentos presenciais;
- Priorização de home office e flexibilização de horários;
- Redução do fluxo de documentos físicos, priorizando o envio por meio eletrônico;
- Dispensa da utilização da biometria para controle da efetividade, colaborando para o trabalho remoto;
- Orientações a todos os empregados sobre as medidas de prevenção;

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

- Afastamento obrigatório por 14 dias de empregado que estiver retornando ao Brasil (conforme Decretos Estaduais nº 55.115 e nº 55.518);
- Concessão de férias compulsórias (com base na MP nº 927/2020), aplicável quando o home office não for possível;
- Medidas de Prevenção nas ETE's e na Manutenção de Redes de Esgoto;
- Adequação dos postos de trabalho em que ocorre o atendimento presencial dos clientes;
- Suspensão das atividades dos estagiários.

**Área Operacional:**

- Preservação da força de trabalho nas Estações de Tratamento de Água – ETA's com a adoção de rodízio de empregados;
- Preservação do monitoramento da qualidade da água conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação 5/2017 – Ministério da Saúde;
- Flexibilização nos cronogramas de aquisições de insumos para tratamento da água;
- Orientação acerca das contratações efetuadas no contexto de calamidade pública;
- Preservação do monitoramento do tratamento de esgoto conforme Licenças de Operação;
- Priorização ao tratamento, à distribuição e aos atendimentos a consertos de vazamentos de água, bem como ligações e religações;
- Suspensão da leitura em campo de 23/03 a 13/04, período em que as faturas foram emitidas pela média de consumo e a entrega via Correios;
- Suspensão de cortes no abastecimento por falta de pagamento pelo período de 60 dias e prorrogado por mais 30 dias;
- Isenção de cobrança de clientes da tarifa social por 90 dias;
- Restrição do atendimento ao público, priorizando a utilização das plataformas digitais (Call Center/Chat, Site/Central de Serviços e App).

**Área Financeira:**

- Solicitação de Standstill/Suspensão de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES por 6 meses, de abril a setembro de 2020, com impacto estimado em R\$ 33 milhões no Fluxo de Caixa;
- Solicitação de postergação de prazo para prestação de contas junto à CEF/ FGTS de recursos de financiamento desembolsados/adiantados e não comprovados;
- Suspensão dos pagamentos das indenizações judiciais até 30/04: impacto de R\$ 12,1 milhões (acumulado entre 23/03/2020 e 30/04/2020);
- Monitoramento dos mandados e intimações de pagamentos recebidas durante a suspensão dos prazos;
- Formação de Grupo de trabalho dedicado à recuperação de valores e levantamento de alvarás judiciais: R\$ 16,7 milhões (acumulado entre 20/03/2020 e 15/05/2020);
- Pagamento de PPLR parcelado em duas vezes (R\$ 9 milhões em abril e R\$ 9 milhões em julho) conforme previsto no acordo coletivo;
- Negociação com os Tribunais para flexibilização dos pagamentos das indenizações judiciais;
- Encaminhamento da contratação de seguro garantia;
- A administração reavaliou a provisão de perdas esperadas, ampliando em R\$ 2,8 mi no primeiro trimestre de 2020, a partir da expectativa de aumento da inadimplência. Observou-se também um aumento no prazo médio de recebimento das faturas.
- Os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não tiveram impactos.

**Notas Explicativas****Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

**34. EVENTO SUBSEQUENTE**

O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, conforme mencionado na nota explicativa 2.15, ocorreu em 28/05/2020, sendo que os valores definitivos relacionados aos créditos decorrentes dessa decisão ainda estão sendo apurados pela Companhia para fins de reconhecimento contábil na data base do trânsito em julgado.

**Diretoria**

ROBERTO CORREA BARBUTI

**Presidente**ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR  
FABIANO SIQUEIRA  
JEAN CARLO FLORES BORDIN  
JORGE LUIZ COSTA MELO  
JÚLIO ELOI HOFER  
LILIANI ADAMI CAFRUNI**Diretores****Conselho de Fiscal**FELIPE HENRIQUE GIARETTA  
KEVIN CHAVES KRIEGER  
MARIA BETÂNIA BRAUN**Conselheiros**GRAZIELA BOHN FLORES  
**Contadora CRC/RS nº 070280/0-7**

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita projetada para o primeiro trimestre de 2020 foi na ordem de R\$ 798.795 mil enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 822.381 mil, ficando 2,95% acima da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 627.789 mil, tendo sido realizado R\$ 482.109 mil, ou seja, 23,21% abaixo do projetado para o terceiro trimestre de 2019.

No que diz respeito aos gastos por natureza, os grupos Pessoal/Encargos realizou 20,69% abaixo do projetado. O grupo Materiais apresentou uma realização 9,08% acima do projetado. Já os grupos de Serviços e Gerais realizaram 14,07% e 58,78% abaixo do projetado, respectivamente, para o trimestre em questão.

**Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 1º Trimestre de 2020 (Em R\$ mil)**

Natureza do Gasto	Previsto	Realizado	% Variação
Pessoal/Encargos	308.903	244.979	-20,69%
Materiais	27.389	29.876	9,08%
Serviços	194.798	167.396	-14,07%
Gerais	96.698	39.858	-58,78%
<b>Total</b>	<b>627.789,15</b>	<b>482.109,00</b>	<b>-23,21%</b>

Na execução do primeiro trimestre de 2020, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes devido a sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

### Pessoal/Encargos

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores 1,88% menores aos valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$ 212.138 mil e realizado R\$ 208.156 mil;
- Indenizações Trabalhistas – No grupo de despesas com pessoal essa natureza merece destaque, tendo sido orçado R\$ 50.500 mil e realizado \$ 25.187 mil, ou seja, 50,13% abaixo do previsto inicialmente, sendo que a natureza representou 10,28% do grupo;
- Ordenados e Salários – Representou 43,40% da realização do grupo Despesas com Pessoal. Foi previsto para o trimestre em análise o montante de R\$ 95.973 mil, tendo sido realizado R\$ 106.330 mil, 10,79% acima;
- Programa de Alimentação do Trabalhador – Projetou-se o valor R\$ 25.306 mil e realizou-se o valor de R\$ 25.008 mil, 1,18% abaixo do projetado, sendo que a natureza representou 10,21% do grupo;
- Previdência Social – Representou aproximadamente 12,22% do grupo despesas com pessoal. Foi orçado R\$ 38.979 mil e realizou-se 29.933, 23,21% abaixo.

### Materiais

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, representando 60,73% da despesa do grupo. No trimestre analisado realizou

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

17,18% acima do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 15.484 mil e realizado R\$ 18.145 mil;

- Material de Conservação e Manutenção de Redes – Representando 9,84% do grupo de materiais, realizou R\$ 2.939 mil sendo que o orçado foi da ordem de R\$ 3.128 mil, ficando 6,04% abaixo;

- Combustíveis para veículos – Esta natureza corresponde a 10,48% do total do grupo de materiais, tendo sido orçado R\$ 2.923 mil e realizado R\$ 3.131 mil, o que representa um acréscimo de 7,1% sobre o projetado.

### Serviços

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representaram aproximadamente 14,81% das despesas operacionais da empresa e 50,07% das despesas do grupo de serviços. No trimestre analisado, esta despesa realizou 0,42% acima do projetado, tendo sido orçado R\$ 83.455 mil e realizado R\$ 83.808 mil;

- Serviço de Retro, Caçamba e Reaterro – Representando 17,28% das despesas com serviços no período, realizou 0,34% acima do previsto, tendo sido orçado R\$ 28.829 mil e o realizado foi de R\$ 28.927 mil;

- Serviços Técnicos Profissionais – Foi previsto para o trimestre em análise o montante de R\$ 14.855 mil e realizou-se R\$ 10.825 mil, ou seja, 27,13 % abaixo do orçado. A natureza correspondeu a 6,47% do grupo;

- Serviços de segurança – Representou 6,29% do grupo. No primeiro trimestre de 2020 foi projetado R\$ 11.339 mil, tendo sido executado R\$ 10.531, ou seja, 7,12% abaixo do orçado;

- Serviço de Operação e Processamento de Dados – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 8.500 mil e tendo como realizado R\$ 8.327 mil, ou seja, 2,03% abaixo do orçado originalmente. Representou 4,97% do grupo

### Gerais

- Indenizações a Terceiros – Correspondeu a 11,41% do grupo. Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 13.400 mil e realizado R\$ 4.677 mil, ou seja, 65,10% abaixo do orçado;

- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No grupo Despesas Gerais essas naturezas merecem destaque, representando 39,49% do grupo. O orçado foi de R\$ 66.601 mil e o realizado R\$ 16.194 mil, ou seja, 75,68% abaixo do previsto.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2020 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, tendo em vista essas rubricas não impactarem no caixa financeiro da Companhia. O Resultado apurado, sem margem de construção, no 1º trimestre aponta um lucro líquido de R\$ 207.834 mil.

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA),

referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e a demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2019. As informações contábeis correspondentes da Companhia, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram elaboradas pela administração com base nos procedimentos descritos na Nota 2.1. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2019 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 13 de maio de 2019 e 10 de março de 2020, respectivamente, sem ressalvas.

Porto Alegre, 22 de junho de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado

Contador CRC 1 PR-042584/O-7

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames das Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores Independentes, datado de 22 de junho de 2020, concluímos que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

Felipe Henrique Giaretta

Kevin Chaves Krieger

Maria Betânia Braun

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

Roberto Correa Barbuti

Diretor Presidente

André Beltrão Finamor

Diretor de Operações

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Júlio Eloi Hofer

Diretor de Expansão

Liliani Adami Cafruni

Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor Comercial Inovação e Relacionamento

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

Roberto Correa Barbuti

Diretor Presidente

André Beltrão Finamor

Diretor de Operações

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Júlio Eloi Hofer

Diretor de Expansão

Liliani Adami Cafruni

Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor Comercial de

Inovação e Relacionamento